

Funaro garante reservas e não teme retaliações

Andrei Meireles

O governo espera manifestações de descontentamento e até ameaças, mas não retaliações importantes dos credores externos. Em todo caso, está também preparado para esta hipótese: há meses vem remanejando as reservas cambiais e dispõe, hoje, de US\$ 3,96 bilhões para bancar as importações essenciais por um bom período. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, em entrevista, revelou que o ministro Dílson Funaro garantiu ao PMDB que "as reservas estão líquidas e seguras, inalcançáveis por eventuais represálias externas".

Nas diversas conversas com dirigentes do PMDB nos últimos dias, Dílson Funaro teve duas preocupações, relatar as pressões exercidas pelos credores, que já desestabilizaram diversos ministros econômicos na América Latina — com isso, ganhou o apoio total do partido, que, na ofensiva, combaterá toda e qualquer tentativa de enfraquecimento do ministro da Fazenda —, e historiar outras negociações externas, particularmente a mexicana, da qual

participou como mediador, concluindo que o Brasil não pode cometer erros como o do México e deve negociar numa posição de força.

Na Constituinte, a dimensão da decisão do governo Sarney foi lentamente absorvida. A convicção generalizada era de que se tratava apenas de uma suspensão temporária do pagamento dos juros, pelo fato de não haver divisas para isto. Ontem, contudo, a questão mudou de figura: os líderes de todos os partidos foram surpreendidos pela informação transmitida por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Santana de que a suspensão do pagamento dos juros seria por tempo indeterminado.

O líder do PT, deputado Luís Ignácio "Lula" da Silva, reagiu favoravelmente: "É um avanço". O do PCB, deputado Roberto Freire, apresenta, hoje, na sessão da Constituinte, uma moção de apoio à atitude do governo. O mais importante, contudo, era a informação corrente entre alguns dirigentes do PMDB: o Brasil vai negociar com os credores, mas desde já não está disposto a pagar este ano os juros da dívida. Isto simplesmente é muito mais forte do que a infor-

mação fornecida por Funaro aos políticos com quem tem se reunido: o pagamento de, no máximo, o equivalente a 2,5 por cento do PIB e não os 5,5 por cento que vinham sendo pagos.

Em diversas reuniões, líderes do PMDB estão buscando o apoio dos demais partidos para a decisão anunciada pelo presidente Sarney. Eles avaliavam que as pressões denunciadas para a desestabilização do governo vão aumentar, mas a unidade interna nesta questão pode derrotá-las. O senador Severo Gomes, por exemplo, espera que, ao compreender toda a dimensão da atitude tomada, o povo brasileiro banque a medida, isolando os que tentarão, fora e dentro do Brasil, miná-la.

Na carta levada pelo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, há uma justificativa da decisão brasileira, a manifestação da disposição de negociar e o comunicado puro e simples da suspensão dos pagamentos dos juros. Para os políticos da esquerda do PMDB, isto simplesmente abre a perspectiva para o não-pagamento da dívida externa. Mas a impressão geral é de que isso só ocorrerá caso os credores optem pelo confronto.